

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO CONTÁBIL DA SUSEP (CCS)

26/novembro/2013 (INÍCIO – 10h, TÉRMINO – 12h00)

PARTICIPANTES:

Susep

Bruno de Lima Vieira

Carolina Lins e Mello Pereira

Diogo Abranches de Albuquerque

Elder Vieira Salles (Coordenador Geral da Cgsoa)

Gabriel Almeida Caldas (Coodenador da Coaso)

Maurício Martins Martinez (Chefe da Diref)

Marcela M. Dutra Lemos

Marcos Gonçalves Visgueiro (CGFIS)

Thiago Pedra Signorelli

Fenaber

Francisco Lima

Fredi Martins Curquejo

Fenacap

Carlos Alberto Correa

João Augusto S. Xavier

Fenaprevi

Javier Miguel López

Fenseg

Jorge de Oliveira Júnior

Cnseg

Laênio Pereira dos Santos

Ibracon

Carlos Munhoz

Roberto Paulo Kenedi

ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Coordenador Geral que deu as boas vindas ao Sr. Carlos Munhoz, que será o novo representante do IBRACON em substituição ao Sr. Carlos Eduardo Sá da Matta.

1. ASSUNTOS EM DISCUSSÃO

1.1. Alterações do FIP

O representante da Fenacap retomou a questão do prazo de entrega do FIP de dezembro esclarecendo sobre a dificuldade de atender às modificações dos quadros do FIP dentro do prazo previsto para a 1ª carga. Por isso, foi sugerido na última reunião que se desse maior prazo para que as companhias informassem os dados (sugestão: maio/2014 ou junho/2014), ainda que tenham que informar os dados dos primeiros meses de 2014 retroativamente.

O Coordenador da Cgsoa argumentou que no mês de dezembro deixarão de existir várias provisões e que seria inviável postergar a adoção dos novos quadros pois os quadros já estão implementados na versão mais recente do FIPSusep e não haveria como manter 2 versões ativas. Entretanto, considera viável adiar a carga dos quadros para fevereiro, ficando as companhias isentas da 1ª carga em 20 de janeiro em relação aos novos quadros.

1.2. Projeto de criação do documento de função e funcionamento do Plano de Contas das sociedades supervisionadas

O representante da Fenacap informou que foi revisto o escopo do trabalho e que o assunto seria discutido na próxima reunião da CAF.

1.3. Subgrupo do DPVAT

O representante do Ibracon informou que na próxima reunião do Grupo Técnico da entidade seria discutido se, com pequenas alterações nas regras existentes, seria possível conviver com a forma atual de contabilização do seguro Dpvat.

1.4. Informes sobre possíveis pautas para discussão na CCS em 2014

O Coordenador da Coaso questionou os representantes da CCS sobre se haveria assuntos novos a serem incluídos na pauta de 2014.

O representante do Ibracon informou que esse tema é um dos itens da pauta da reunião que o Grupo Técnico de sua entidade realizaria naquela semana e que posteriormente encaminharia o resultado desse encontro. Entretanto, solicitou que os assuntos de Dpvat, Capitalização e Custos de Aquisição Diferidos fossem mantidos na pauta do próximo ano.

1.5. Definição do Conceito do Custo de Aquisição, dos Custos que Podem Ser Diferidos e da Pertinência quanto à Classificação como Ativo Intangível

O Coordenador da Coaso informou que o assunto foi discutido internamente juntamente com o material encaminhado pelo Ibracon e chegou-se a conclusão de que a aceitação de outros custos que não comissionamento e agenciamento nesse momento seria de difícil controle e fiscalização por parte da Susep e dos auditores, uma vez que poderiam haver custos que teriam uma parte diferida e outra não. Dessa forma, entende ser necessária a manutenção da orientação existente sobre Custos de Aquisição Diferido. No entanto, considera que não seria adequado esperar até a divulgação do texto final da nova fase do IFRS4 para rediscutir o assunto.

O representante da Fenacap alegou que essa decisão da Susep afeta negativamente as companhias que diferiram esses custos anteriormente à orientação de 2012 e que dispõem dos controles necessários ao diferimento.

O Coordenador da Coaso solicitou aos representantes do mercado que apresentem para análise da Comissão os custos incorridos que seriam elegíveis para classificação como Custos de Aquisição Diferidos.

O representante da Fenacap informou que levaria o tema para a reunião da CAF e posteriormente traria uma proposta.

1.6. Registros Auxiliares Obrigatórios (Anexo VIII da Circular Susep nº 360/08)

O representante da CGFIS iniciou a discussão informando que em 2006 foi iniciada a revisão dos registros auxiliares através de um Grupo de Trabalho. Informou que o trabalho foi concluído para as tabelas de seguros, mas que ainda é necessária a revisão das tabelas de previdência e capitalização.

O representante da Fenacap apontou que uma das dificuldades são as dúvidas com relação à especificação dos campos da tabela e sobre o entendimento sobre as regras de preenchimento dos campos.

O representante da CGFIS informou que a Coordenação-Geral já está revisando as tabelas do Anexo VIII da Circular 360 com o objetivo de sanear os problemas e efetuar a inclusão de tabelas importantes e a exclusão de tabelas que não são mais necessárias para a fiscalização. A revisão também visa corrigir as inconsistências estruturais identificadas nos campos. Ressaltou que será feita uma atualização do manual de preenchimento para reduzir as dúvidas do mercado e colocou-se a disposição para o recebimento de sugestões por parte das federações.

O representante da Fenacap acrescentou que a fiscalização solicita campos adicionais aos constantes do arquivo, e que isso poderia ser evitado se as tabelas já contemplassem os dados necessários para análise da Susep.

O representante da CGFIS alegou que os fiscais possuem a prerrogativa de exigir campos adicionais, mas entende que nesse caso o prazo para o envio da informação deve ser maior do que para os dados já constantes dos registros auxiliares.

2. Informes sobre Minutas de Normativos

O Coordenador destacou que a Circular que altera o plano de contas da Susep já se encontra no Conselho Diretor e deverá ser aprovada ainda esse ano para vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

Outra Circular que também foi encaminhada para deliberação do Conselho é a que estabelece a pontuação mínima de dez pontos anuais em atividades de educação

continuada, em temas específicos do mercado supervisionado pela Susep, para os auditores independentes a partir de 2014.

Com relação ao *status* da norma dos trabalhos de auditoria independente, o Coordenador da Coaso esclareceu que houve mudança no entendimento do Conselho Diretor sobre a obrigatoriedade do rodízio das firmas, e por essa razão, o artigo que trata desse assunto na minuta de resolução de auditoria contábil permanecerá com a mesma redação do original e a minuta de auditoria atuarial passa a adotar o mesmo mecanismo. Destacou que a minuta de resolução foi encaminhada ao CNSP e que deverá estar na pauta da próxima reunião do conselho no dia 16/12/13.

3. Próxima Reunião (Reunião Conjunta Contábil e Atuarial):

3.1. Possível Pauta

- 1) Custo de aquisição diferido;
- 2) Comissão de Investimento;
- 3) Reavaliação de imóveis;
- 4) FIP;
- 5) PSL e contingências cíveis; e
- 6) Ramos em run-off.

3.2. Agendamento

Reunião Conjunta Comissão Contábil e Atuarial

Data: 17/12/2013

Hora: 10 h

Local: Av. Presidente Vargas, 730 – 24º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ